



## AS CONDIÇÕES PARA O SURGIMENTO DO MOVIMENTO ARMADO SOCIALISTA DO MÉXICO E A CONTRAINSURGÊNCIA ENTRE AS DÉCADAS DE 1960 E 1980

*LAS CONDICIONES PARA EL SURGIMIENTO DEL MOVIMIENTO ARMADO  
SOCIALISTA DE MÉXICO Y LA CONTRAINSURGENCIA ENTRE 1960 Y 1980*

*THE CONDITIONS FOR THE SOCIALIST ARMED MOVEMENT'S EMERGENCE IN  
MEXICO AND THE COUNTERINSURGENCY BETWEEN THE 1960S AND 1980S*

Larissa Jacheta Riberti<sup>1</sup> 

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

**Resumo:** Fenômeno social que se manifestou na zona rural e urbana do país, o Movimento Armado Socialista (MAS) foi um conjunto de guerrilhas surgidas entre as décadas de 1960 e 1980 no México. Apesar de terem diferentes orientações ideológicas, esses grupos contestaram o progressivo fechamento das vias institucionais de diálogo e um sistema político autoritário e violento, controlado, há várias décadas, pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI). Tal experiência também está marcada pelo contexto da Guerra Fria, pela ampliação e sistematização da violência e da perseguição aos movimentos sociais. Durante as décadas em que o MAS atuou, o governo mexicano colocou em prática uma estratégia de contrainsurgência, mobilizando grupos militares e paramilitares para a perseguição e aniquilação dos lutadores sociais, bem como para a desarticulação de possíveis redes de apoio. Esse artigo analisa o contexto de surgimento do MAS, a atuação de diferentes guerrilhas nas zonas rurais e urbanas, bem como as estratégias de repressão praticadas pelos agentes do Estado mexicano. Para tanto, recorre-se à produção historiográfica sobre o assunto e ao Informe Histórico da *Fiscalía Especial para Movimientos Sociales y Políticos del Pasado* (FEMOSPP), publicado em 2006.

**Palavras-chave:** Movimento Armado Socialista; Guerra Fria; Contrainsurgência; México.

<sup>1</sup> Professora adjunta de História Contemporânea na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutora em História Social pela História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: [larissa.riberti@gmail.com](mailto:larissa.riberti@gmail.com)

**Resumen:** Fenómeno social que se ha manifestado en la zona rural y urbana del país, el Movimiento Armado Socialista (MAS) fue un conjunto de guerrillas surgidas entre las décadas de 1960 y 1980 en México. Aunque hayan sido conformados a partir de distintas orientaciones ideológicas, tales grupos se enfrentan al cierre progresivo de las vías institucionales de diálogo y a un sistema político autoritario y violento, controlado, desde hace varias décadas, por el Partido Revolucionario Institucional (PRI). Tal experiencia también está marcada por el contexto de la Guerra Fría, por la ampliación y sistematización de la violencia, y por la persecución a los movimientos sociales. Durante las décadas en las cuales el MAS ha actuado, el gobierno mexicano puso en práctica una estrategia de contrainsurgencia, movilizándolo a grupos militares y paramilitares para la persecución y aniquilación de luchadores sociales y para la desarticulación de posibles redes de apoyo. Este artículo analiza el contexto de surgimiento del MAS, la actuación de diferentes guerrillas en zonas rurales y urbanas, así como las estrategias de represión ejecutadas por agentes del Estado mexicano. Se hará uso de la producción historiográfica sobre el asunto y del Informe Histórico de la *Fiscalía Especial para Movimientos Sociales y Políticos del Pasado* (FEMOSPP), publicado en 2006.

**Palabras clave:** Movimiento Armado Socialista; Guerra fría; Contrainsurgencia; México.

**Abstract:** This article aims to analyze the Mexican Socialist Armed Movement (MAS) between the 1960s and 1980s. As a social phenomenon that manifested itself in rural and urban areas of the country, the guerrillas challenged an authoritarian and violent political system controlled by the Institutional Revolutionary Party since 1929. Such groups emerge in a context marked by the Cold War, by the expansion and systematization of violence and the persecution of social movements. During the decades in which MAS operated, the Mexican government implemented a counterinsurgency strategy, mobilizing military and paramilitary groups to persecute and annihilate social fighters. Therefore, his article analyzes the context in which the MAS emerged, the activities of different guerrillas in rural and urban areas, and the repression strategies practiced by agents of the Mexican State. For this work, we use the historiographical production about the subject and the Historical Report of the *Fiscalía Especial para Movimientos Sociales y Políticos del Pasado* (FEMOSPP), published in 2006.

**Keywords:** Socialist Armed Movement; Mexico; Cold War; Counterinsurgency.

DOI:[10.11606/issn.1676-6288.prolam.2023.206895](https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2023.206895)

Recebido em: 16/01/2023  
Aprovado em: 23/06/2023  
Publicado em: 30/07/2023

## 1 O processo histórico de surgimento do Movimento Armado Socialista

As denominações “Movimento Armado Socialista” ou “Movimento Armado Socialista Moderno” fazem referência aos grupos armados rurais e urbanos surgidos no México a partir da década de 1960 com diferentes orientações ideológicas e propostas. Apesar de suas especificidades, as guerrilhas dessa época tinham o objetivo comum de combater a hegemonia do *Partido Revolucionário Institucional* (PRI) que, desde fins da década de 1920, governava o país<sup>2</sup>. Como veremos adiante, o partido se consolidou através de práticas autoritárias e antidemocráticas e, principalmente no contexto da Guerra Fria e com a incorporação da Doutrina de Segurança Nacional, especializou suas políticas de segurança e aparatos repressivos para perseguir grupos políticos de oposição, sobretudo os de orientação socialista e comunista.

Na visão de Daniel Cosío Villegas (1973, p. 22), o sistema político mexicano construído após o processo revolucionário está definido por duas peças centrais: a presidência da República e a criação de um “partido nacional”. Assim, a singularidade desse sistema político deu-se através de um profundo fortalecimento do poder executivo, cuja atuação transcendeu, em muitos momentos da história recente, os limites de suas atribuições; e através da existência de um partido de massas, oficial e cuja plataforma política buscou institucionalizar muitas das demandas defendidas por diferentes grupos sociais durante a Revolução Mexicana.

Na interpretação de Arnaldo Córdova (1972, p.21-22) o presidencialismo construído no México a partir dos anos 1920 foi forjado a partir de uma aliança institucionalizada entre determinados grupos sociais,

---

<sup>2</sup> É importante destacar que o PRI dominou a política mexicana de 1929, momento de sua fundação, até o ano de 2000, em que seu candidato Francisco Labastida Ochoa foi derrotado nas urnas por Vicente Fox, candidato do *Partido Acción Nacional* (PAN). De acordo com José Woldenberg (2012), esse fato marca a consolidação do processo de transição mexicana depois de mais de 70 anos de governos presidenciais ininterruptos do PRI. Desde 1997, o PRI havia perdido, também, maioria no Congresso Nacional. Sobre a história do PRI ver HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, 2016.

como as classes médias e a burguesia liberal, e os representantes de fato do poder, como presidente, governadores e prefeitos, dirigentes de partido, membros do Legislativo. Além disso, a construção de uma imagem forte e centralizadora do “chefe da nação” fez com que o presidente se convertesse numa espécie de “árbitro supremo”, e ao qual ficava submetida a representatividade de determinados grupos, além da capacidade de poder legitimar ou não os seus interesses. Soma-se a isso, o estímulo ao culto da figura presidencial junto às massas, além de práticas tradicionais de relação pessoal entre agentes do Estado e a sociedade civil, como o apadrinhamento político e o “servilismo” (CÓRDOVA, 1972, p. 57). Essas estratégias eram formas de manter a dependência e o controle do pessoal político posto a serviço do presidente e da administração pública<sup>3</sup>.

A título de exemplo, vale destacar que ao presidente foi outorgada a função de chefe do poder executivo, do exército, e guia da política externa. Isso significa que, constitucionalmente, o presidente em exercício é também o “Chefe Supremo das Forças Armadas”, função que deve ser exercida através de seu próprio mandato ou do Secretário de Defesa Nacional, o que lhe confere amplos poderes e capacidades sobre as questões de segurança pública nacional (MEYER,1993). Em matéria de política externa, cabe à presidência da república a tomada de decisões sobre todos os aspectos internacionais, sem interferência do Congresso Nacional. Ao presidente cabem, ainda, as decisões sobre o gasto público, políticas de crédito e monetárias, decisões tangentes ao setor agrário, trabalhista, educativo, dentre outros (MEYER,1993).

A construção de um sistema político centralizador e basicamente voltado para as ações do presidente, fez com que o âmbito executivo se sobrepusesse, inclusive, ao legislativo e ao judiciário. O controle exercido pelo presidente na composição do Congresso Nacional era possível a partir de três fatores: a não reeleição dos legisladores, a decisão presidencial sobre a indicação de candidaturas de seu partido, e o domínio sobre os postos burocráticos (MEYER, 1993). Em relação ao judiciário, era atribuída ao

---

<sup>3</sup> Sobre o assunto ver, ainda: CARPIZO, 1985.

presidente a função de nomear juizes e magistrados da Suprema Corte (FAVELA, 2010). Tais práticas não só reduziam o espaço de atuação de representantes de ambas as esferas, como contribuíram para consolidar uma cúpula política hegemônica e inquebrantável por décadas, na qual se exercia o poder de forma arbitrária e personificada.

Às funções que constitucionalmente foram atribuídas ao presidente, somam-se as adquiridas “metaconstitucionalmente”<sup>4</sup>, cuja principal é a liderança e controle indiscutível do seu partido político, o *Partido Revolucionário Institucional* (PRI). Criado em 1929 durante o mandato do presidente Plutarco Elías Calles e inicialmente chamado de *Partido Nacional Revolucionário* (PNR), o PRI se consolidou ao longo do século XX através de um programa político que se orientava pelo chamado “nacionalismo revolucionário” (CEDILLO, 2008, p.51). Tal ideal se caracterizava por um conjunto de práticas que pretendiam fazer do partido oficial um aglutinador de diferentes setores da sociedade civil, disseminando a imagem de que, após os conflitos que marcaram o período revolucionário, um novo projeto político era capaz de manter a paz e o consenso entre os grupos.

Na prática, o nacionalismo revolucionário traduziu-se, principalmente, pela incorporação de demandas populares oriundas da Revolução Mexicana. De acordo com Arnaldo Córdova (1978, p.21-22), os governos pós-revolucionários “institucionalizaram” as reivindicações de grupos operários e camponeses mobilizados no período revolucionário – como a reforma agrária, os direitos trabalhistas, o direito à educação e moradia – encaminhando reformas que, na teoria, seriam capazes de solucionar esses problemas. Na prática, porém, essas reformas não atenderam imediata e definitivamente as reivindicações, e se tornaram importantes armas políticas, sendo empregadas, cada vez mais, como instrumentos de poder para evitar explosões revolucionárias ou movimentos sociais de amplo alcance. Além disso, contribuíram para forjar a figura de um Estado

---

<sup>4</sup> De acordo com Meyer (1993, p.60) são atribuições que ultrapassam os marcos legais e que podem refletir uma política anticonstitucional.

comprometido com os interesses das classes populares e, assim, mobilizar as massas a seu favor.

A ideologia do nacionalismo revolucionário, portanto, serviu para erigir um “consenso” entre as classes sociais e as forças políticas do país, impondo a chamada *pax priista* (CEDILLO, 2008). O uso dessa ideologia, bem como o monopólio das instituições políticas, econômicas, sociais e culturais, o corporativismo e a progressiva especialização de aparatos repressivos, transformou o PRI em um partido de Estado, ainda que, formalmente, ele não fosse o único partido existente<sup>5</sup>. Através de uma política paternalista e um sistema de dominação ideológica, o PRI evitou a pulverização do seu poder, controlou as eleições em todos os âmbitos políticos e garantiu uma sucessão de governos por sete décadas<sup>6</sup>.

Apesar da política autoritária exercida pelo PRI, o século XX foi marcado pela ascensão dos movimentos sociais que buscaram encaminhar disputas reais no processo eleitoral e criar espaços para a atuação de novos partidos e atores políticos. O opositor mais incomodo do PRI foi, sem dúvida, o *Partido Comunista Mexicano* (PCM), fundado em 1919 e que agrupou boa parte da esquerda do país até 1968<sup>7</sup>. Ademais do

---

<sup>5</sup> Ao longo do século XX, o PRI exerceu uma política contraditória, apelando, não raras as vezes, para a negociação com a oposição a fim de manter a estabilidade política. Além de incorporar pautas como a ampliação dos direitos trabalhistas e sindicais, acesso à educação pública e uma política de valorização da cultura nacional, ações empreendidas principalmente durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940), os governos *priistas* também concederam autorização para a criação de novos partidos como o *Partido Acción Nacional* (PAN), fundado em 1939, o *Partido Popular* (PP), instituído em 1948, e o *Partido Auténtico de la Revolución Mexicana* (PARM), criado em 1954. Esse pacto político, no entanto, estaria determinado pela condição de que a existência de novos partidos não mobilizasse a cidadania, ou parte dela, contra o governo. (CEDILLO, 2008, p. 49)

<sup>6</sup> Durante o século XX, o PRI lançou mão de práticas para controlar o resultado das eleições, comprando votos e manejando o resultado das urnas, o que contribuiu para minar a confiança da sociedade civil no sistema eleitoral. Em 1936, por exemplo, o candidato à presidência Lázaro Cárdenas venceu as eleições com 98% dos votos válidos. Já em 1940, Manuel Ávila Camacho obteve 94% dos votos e, em 1970, Luís Echeverría venceu as eleições com 86% dos votos (LOAEZA, 2001). Este último candidato conquistou tal resultado num momento político delicado, já que sua campanha foi realizada após os acontecimentos violentos de 1968 e que resultaram no Massacre de Tlatelolco e no aumento da insatisfação popular com relação à hegemonia *priista*. Adela Cedillo (2008, p.48) aponta que tais cifras são inverossímeis em um real sistema político democrático e foram utilizadas para maquiagem o controle eleitoral, além de funcionarem como argumento para propagandear a falsa ideia de uma nação politicamente estável.

<sup>7</sup> Desde sua fundação, o PCM esteve engajado na mobilização de grandes contingentes populares, principalmente na luta de operários e camponeses. Da sua atuação nos primeiros anos de existência, resultou uma forte aliança com as bases populares, como as que integravam as *Ligas de Comunidades Agrarias de Michoacán y Veracruz*, bem como com a *Confederación de Obreros y Campesinos*, atuante no estado de Durango. Dessa aliança, surgiu, em 1926, a *Liga Nacional Campesina*, que unificou boa parte do agrarismo autônomo do país, numa importante oposição ao *Partido Nacional Agrarista*, de característica oficialista. Em 1929, foi criado, ainda, o *Bloque Nacional Obrero y Campesino*, que teve atuação importante na construção de uma agenda em prol dos trabalhadores mexicanos. O PCM enfrentou um longo período de ilegalidade que se iniciou em meados de 1929, ainda que entre 1936 e 1951 o seu funcionamento tenha sido novamente legalizado. Apesar do registro definitivo para o funcionamento do partido ter sido expedido em 1978, o PCM foi dissolvido pouco tempo depois. Em 1981, seus membros e dirigentes se unem com outros partidos e organizações para fundar o *Partido Socialista Unificado de México*. Sobre o assunto ver: REYNOSO JAIME, 2018.

PCM, novos partidos de esquerda também emergiram no México como o já citado *Partido Popular (PP)* e o *Partido Obrero Campesino de México (POCM)*, criado em 1950 pelo então líder trabalhista, Vicente Lombardo Toledano. Ao longo do século XX, os comunistas e as organizações de esquerda mantiveram uma grande participação não só na contestação da ordem vigente, mas nos processos eleitorais, ainda que o sistema estivesse quase totalmente cooptado pelo *Partido Revolucionário Institucional*.

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por movimentos sociais importantes e que merecem menção visto que integram o contexto de crescimento da insatisfação popular em relação ao sistema político controlado pelo PRI. Além disso, como veremos a seguir, a experiência de tais lutas foi reiteradamente recuperada pelos que conformaram, a partir de 1965, o Movimento Armado Socialista. Uma dessas experiências foi protagonizada pelos trabalhadores ferroviários em 1958<sup>8</sup>. A greve encampada pela categoria foi caracterizada, principalmente, pelas demandas dos trabalhadores em tornarem independentes suas lideranças em relação à *Central de Trabajadores Mexicanos (CTM)*<sup>9</sup> – criada durante o governo de Lázaro Cárdenas e então dirigida por Fidel Velázquez – e por melhores condições de trabalho (PELÁEZ RAMOS, 2016). Liderados por Demetrio Vallejo, representante do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Ferroviários e por Valentin Campa, militante do Partido Comunista, os trabalhadores iniciaram, em junho de 1958, sucessivas paralisações, o que gerou conflitos intersindicais e uma campanha por parte CTM para desprestigiar a oposição (Idem, p.220)<sup>10</sup>. A luta dos trabalhadores ferroviários teve como resposta institucional a repressão e a prisão dos líderes do movimento que, dez anos depois, seguiam encarcerados sem que se pudesse discutir publicamente algum tipo de anistia.

---

<sup>8</sup> Sobre o assunto ver: REYNA; TREJO DELARBRE, 1981 e PELÁEZ RAMOS, 2016.

<sup>9</sup> A CTM, fundada em 1936, desempenhou um papel fundamental na consolidação do regime do PRI. Apesar de se definir como uma organização de trabalhadores, a CTM possuía uma estrutura verticalizada, que promoveu o corporativismo e controle das lideranças sociais. Além disso, sua estreita relação com o governo lhe rendeu críticas profundas de alguns setores da esquerda que acusavam seus dirigentes de peleguismo e de apaziguar a defesa das pautas sociais.

<sup>10</sup> As décadas de 1950 e 1960 são marcadas pela mobilização de inúmeros setores sociais, dentre eles os médicos, professores, organizações estudantis do ensino médio e superior, e recorrentes greves operárias contra o autoritarismo político e o sindicalismo “charro”. Sobre o assunto ver: MARTINEZ NATERAS, 2016.

O contexto de insatisfação social foi marcado, ainda, pela forte mobilização estudantil de 1968, cujos protagonistas, estudantes universitários e secundaristas, se envolveram numa intensa luta caracterizada por uma greve estudantil, manifestações multitudinárias e ocupações de instituições de ensino, como a Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e o Instituto Politécnico Nacional (IPN), entre os meses de julho e outubro. Reconhecido pela defesa da democratização do Estado mexicano, o movimento estudantil conduziu suas ações através do Conselho Nacional de Greve (CNG), caracterizado pela pluralidade entre representantes de diferentes cursos e instituições de ensino, e por uma petição pública que continha 6 pontos de reivindicação: dissolução do corpo de *granaderos* e da polícia metropolitana<sup>11</sup>, forças de segurança acusadas de reprimir movimentos sociais e perseguir opositores políticos; destituição de chefes de polícia, militares e demais responsáveis pelo comando de repressão e violência sobre os manifestantes; indenizações pelos estudantes mortos e feridos desde as primeiras jornadas de luta, em julho de 1968; revogação dos artigos 145 e 145 *bis*, que regulamentavam e propunham penas ao chamado delito de dissolução social<sup>12</sup>; atribuição das devidas responsabilidades aos culpados pelas prisões e mortes; liberdade aos presos políticos, encarcerados a partir de 26 de Julho de 1968, e também aos líderes ferroviários, presos desde 1958.

De acordo com Aurelia Gómez Unamuno (2020, p.23), a importância histórica atribuída ao movimento estudantil de 1968 reside, ainda, no fato de que essa foi a primeira mobilização a se afastar do modelo de

---

<sup>11</sup> Sobre o corpo de *granaderos*, ver: AGUAYO, 2001.

<sup>12</sup> O *delito de disolución social* foi uma categoria jurídica criada em 1941 num contexto de graves conflitos internacionais sob a justificativa de evitar um possível crescimento da atividade de grupos fascistas no México. Na prática, porém, a lei se tornou um instrumento político que, com o passar dos anos, não mais respondia às necessidades que lhe deram origem e passou a ser objeto de interpretações equivocadas e instrumento de perseguição política. Esse argumento é defendido por José Rojo Coronado, advogado de defesa de militantes processados a partir da lei, como o comunista e ex-integrante do movimento dos ferroviários de 1958, Valentín Campa (*apud* GARCÍA RAMÍREZ, 1969). Segundo o artigo do Código Penal que previa a sanção por esse delito, se aplicaria prisão de “dos a seis años, al extranjero o nacional mexicano, que en forma hablada o escrita o por cualquier otro medio realice propaganda política entre extranjeros o entre nacionales mexicanos, difundiendo ideas, programas o normas de acción de cualquier gobierno extranjero que perturbe el orden público o afecte la soberanía del estado mexicano. Se perturba el orden público, cuando los actos determinados en el párrafo anterior tiendan a producir rebelión, sedición, asonada o motín. Se afecta la Soberanía Nacional cuando dichos actos puedan poner en peligro la integridad territorial de la República, obstaculicen el funcionamiento de sus instituciones legítimas o propaguen el desacato de parte de los nacionales mexicanos a sus deberes cívicos...”. (FISCALÍA ESPECIAL, 2008, p.56)



negociação tradicional mediado pelos sindicatos e exigir um diálogo público dos representantes do governo. Há que se considerar, também, que o movimento se tornou um símbolo da luta pela democracia devido à forte repressão e violência que os estudantes, à despeito de se manifestarem de forma pacífica, sofreram das forças de segurança pública como o corpo de *granaderos*, as polícias locais e estaduais, membros do Exército e grupos paramilitares (SCHERER GARCÍA; MONSIVÁIS, 1999). O Massacre de Tlatelolco, ocorrido em 2 de outubro desse ano, e que resultou na prisão dos líderes do CNG, bem como na morte e desaparecimento de manifestantes e cidadãos<sup>13</sup>, serviu para ampliar o descontentamento social contra os governos *priistas* e evidenciar, a nível nacional, a ampliação e especialização das estratégias violentas de controle da dissidência.<sup>14</sup>

Em 1971, ocorreu um novo evento, conhecido como *Halconazo* ou *Jueves de Corpus*, e que integrou o histórico de repressão aos movimentos sociais promovido pelos governos *priistas*. Tal contexto esteve marcado por uma nova mobilização estudantil, iniciada em princípios daquele ano, e encabeçada, conforme veremos a seguir, pela comunidade acadêmica de Nuevo León. Apesar da pauta central da mobilização ter sido a proposta reformulação da Lei Orgânica da *Universidad Autónoma de Nuevo León* (UANL), fica evidente que os manifestantes também expressavam um

---

<sup>13</sup> O debate sobre o número de mortos e desaparecidos durante o Massacre de Tlatelolco segue em aberto. Em pronunciamento público, Luíz Echeverría, presidente da República a partir de 1970, reconheceu a existência de um número de mortos que vai de 30 a 40 pessoas (*apud* FOURNIER, MARTÍNEZ HERRERA, 2008, p. 102-103). O desaparecimento de cadáveres, no entanto, nunca foi reconhecido por um representante ou presidente do PRI. A *Fiscalía Especial para Movimientos Sociales y Políticos del Pasado* (FEMOSPP), que investigou o caso a partir de sua criação, em 2001, também não conseguiu concluir a questão. O Informe Histórico, publicado oficialmente em 2006, lista o nome de 21 pessoas mortas nos ataques de 02 de outubro de 1968, número definido a partir da investigação de registros da *Secretaría de la Defensa Nacional* (SEDENA), documentos de organismos civis, como do CNH, documentos desclassificados pelo *National Security Archive* dos Estados Unidos, arquivos da *Dirección General de Investigaciones Políticas y Sociales* (DGIPS) e da *Dirección Federal de Seguridad* (DFS). (FISCALÍA ESPECIAL, 2008, p.165). Para uma história da *Fiscalía Especial*, ver: RIBERTI, 2017.

<sup>14</sup> A partir da abertura de arquivos produzidos por órgãos oficiais, como a DFS e a *Secretaría de Gobernación* (SG), no final dos anos 1990, investigadores puderam confirmar que a Operação Galeana, que desatou intensa repressão contra os estudantes reunidos no CNG, em 2 de outubro de 1968, na Praça das Três Culturas, havia sido discutida, negociada e executada pelo presidente em exercício, Gustavo Díaz Ordaz, pelo então secretário de governo – que viria a ser presidente no mandato seguinte – Luíz Echeverría, pelo General Marcelino García Barragán, Secretário de Defesa Nacional, e por membros do *Estado Mayor Presidencial*, coordenados pelo General Luis Gutiérrez Oropeza. O operativo resultou num fogo cruzado, previamente planejado, entre efetivos do exército e franco-atiradores posicionados nos edifícios que circundam a praça. Na versão oficial sobre os acontecimentos, amplamente difundida nos veículos de imprensa nos dias seguintes ao Massacre, os disparos que iniciaram o tiroteio foram atribuídos aos estudantes. Décadas depois, com a abertura dos arquivos, a verdade sobre a Operação e a participação do governo e de membros das forças de segurança pública pode ser revelada. Sobre o assunto ver: FISCALÍA ESPECIAL, 2008; SCHERER GARCÍA; MONSIVÁIS, 1999; DEL CASTILLO TRONCOSO, 2012; RIBERTI, 2013.

crescente em suas insatisfações com o sistema autoritário, principalmente depois dos acontecimentos de 1968. Soma-se a isso, o fato de que, logo no início de seu mandato, Luís Echeverría sinalizou que tomaria algumas medidas para reformar o sistema político e eleitoral, propagandeando a narrativa de que estava disposto a realizar uma “abertura democrática” (GÓMEZ UNAMUNO, 2020).

Evidentemente, essa estratégia discursiva desagradou alguns setores da sociedade civil, como os estudantes, que sofriam com a ampliação e especialização das estratégias de repressão e perseguição aos movimentos sociais. O esgotamento das perspectivas estudantis fez surgir duas correntes que se destacavam nos círculos universitários: uma delas era composta por aqueles que desejavam levar sua luta para fora dos recintos educacionais por meio da radicalização e da “revolução política”, a outra demandava a democratização da educação como objetivo central da luta estudantil (CASTELLANOS, 2011). Desta última vertente, surge um novo organismo, o *Comité Coordinador de Comités de Lucha* (CoCo), que organizou e encaminhou as demandas do movimento estudantil daquele momento<sup>15</sup>.

Um dos pontos fundamentais da disputa estudantil era, como já citado, o projeto de reformulação da Lei Orgânica da UANL, através do qual a sociedade pretendia estabelecer critérios mais democráticos na gestão universitária. A reformulação proposta pelo governo Echeverría, no entanto, previa uma maior intervenção do governo na administração da universidade e a criação de um conselho de administração composto por membros indicados pelo governo. No início de 1971, o governo local anunciou cortes no orçamento público para a universidade, o que gerou ainda mais insatisfação e prolongou o problema (ÁLVAREZ GARÍN, 1998). Em março do mesmo ano, o governo aprovou a nova lei orgânica,

---

<sup>15</sup> As reivindicações do CoCo eram: liberdade aos presos políticos; permissão para que os presos políticos continuassem com seus estudos desde as prisões; reabertura da Vocacional 7 do bairro de Tlatelolco; combate à rematrícula requerida pelas autoridades universitárias (os estudantes entendiam que fornecer dados como endereço tornava a repressão mais eficiente e facilitava a vigilância); protestar pelas prisões de estudantes ocorridas em vários espaços educacionais, bem como exigir por mais liberdade dentro das escolas e universidades, além de melhorias na administração. (FISCALÍA ESPECIAL, 2008, p. 184).

autorizando a criação do tal conselho administrativo e convertendo-o no centro das decisões sobre a vida universitária (GUEVARA NIEBLA, 1988). A decisão desatou uma forte mobilização da comunidade acadêmica, pois era acusada de violar a autonomia universitária e representava uma ameaça à liberdade acadêmica. Com a pressão do movimento, uma nova legislação, fruto de acordos entre o governo federal e local, entrou em vigor em junho, levando a comunidade a crer que as forças democráticas haviam triunfado.

Concomitantemente, em vários lugares do país os universitários e professores iniciaram uma campanha de solidariedade às mobilizações iniciadas pela UANL. Foi justamente contra uma das manifestações em apoio aos estudantes de Nuevo León, realizada na Cidade do México, em 10 de junho de 1971, e integrada por cerca de 8 mil pessoas, dentre elas ex-presos políticos de 1968 e líderes de escolas e faculdades, que o governo de Luís Echeverría protagonizou mais um episódio de repressão política (FISCALÍA ESPECIAL, 2008). A ação destacou membros do corpo de *granaderos* e da polícia para agirem violentamente contra os manifestantes, inclusive com o emprego de armas de fogo, como ficou demonstrado a partir do trabalho investigativo da *Fiscalía Especial para Movimientos Sociales y Políticos del Pasado*<sup>16</sup>. A ação contou, ainda, com a participação de membros de um grupo paramilitar conhecido como *Los Halcones*<sup>17</sup> e foi executado a mando do presidente da República, com a anuência de seu secretário de governo, Mario Moya Palencia.

Assim, tanto o Massacre de Tlatelolco quanto o *Halconazo*, somados aos inúmeros episódios de violência política anteriores, são considerados,

---

<sup>16</sup> A ação pode ser constatada através de documentos da *Dirección General de Investigaciones Políticas y Sociales*, intitulados “Sucesos relacionados con la anunciada manifestación estudiantil”, e citados no Informe. FISCALÍA ESPECIAL, 2008, p. 248.

<sup>17</sup> O grupo paramilitar *Los Halcones* atuava sob o comando do Cel. Manuel Díaz Escobar, subdiretor de serviços gerais do Departamento do Distrito Federal, quem contou com a colaboração de outros chefes do exército e da polícia para conformar o grupo. Os membros dos *Halcones* tinham entre 17 e 25 anos, eram funcionários do DDF e trabalhavam nas seções de limpeza e manutenção. Ou seja, eram prestadores de sub-serviços cujos salários estavam muito aquém do custo de vida na época. Alguns haviam pertencido ao Exército antes de pedirem baixa ou serem expulsos por mau comportamento. De acordo com o Informe da Femosp, os membros do grupo recebiam treinamento militar de ataque letal com base na Doutrina de Segurança Nacional. Dias após o *Jueves de Corpus* foram exibidas fotos de *Halcones* disparando contra a multidão, o que acarretou a extinção do grupo. Como não eram militares e agiam à margem da legalidade, muitos sofreram processos ou foram punidos posteriormente por roubos e outros crimes comuns. (FISCALÍA ESPECIAL, 2008, p 188).

como veremos no tópico a seguir, fatores centrais que motivaram a opção pela luta armada, principalmente de grupos que conformaram as guerrilhas urbanas como professores, estudantes, sindicalistas, ativistas políticos e trabalhadores operários (RUIZ MENDOZA, 2011). O histórico de luta social anterior ao Movimento Armado Socialista, principalmente o ano de 1968, evidenciou as contradições do sistema político mexicano que se construiu sob a hegemonia do *Partido Revolucionário Institucional*. Segundo Ruiz Mendoza (2011, p. 385), o antigo discurso nacionalista, que servira para erigir um consenso após a Revolução de 1910, havia se tornado obsoleto para alguns grupos, como os estudantes, que passaram a expressar um profundo descontentamento social respondido com a intensificação da violência de Estado e a utilização de dispositivos legais e ilegais de repressão.

Assim como em muitas cidades, nas comunidades rurais do país as diversas expressões do movimento camponês acompanharam a crítica ao sistema político autoritário, bem como o não cumprimento de uma demanda fundamental, reivindicada desde os tempos da Revolução Mexicana: a reforma agrária (BARRIOS CASTRO, 1987). O processo histórico que antecede a radicalização dos movimentos rurais no México pode ser analisado a partir de dois momentos. O primeiro está relacionado com as políticas de distribuição de terra realizadas durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940)<sup>18</sup>. Nesse período, houve relativa formação dos chamados *ejidos* – propriedades comunais pertencentes ao Estado mas de usufruto dos camponeses – a partir da desapropriação de latifúndios improdutivos. Por outro lado, não houve uma política de limitação do poder e da propriedade privada por parte dos *terratenientes* que, favorecidos pela doutrina do “nacionalismo revolucionário” *priista*, passaram a fazer parte de quadros políticos locais e estaduais do partido. A paulatina concentração de terra, atrelada ao poder dos chamados “caciques”, contribuiu para a promoção do despojo e do êxodo rural, cujo

---

<sup>18</sup> Durante o governo de Lázaro Cárdenas foram repartidos mais de 17 milhões de hectares de terra aos camponeses. (GUERRERO, 2016, p.296)

ápice se constata pela grande explosão demográfica das áreas urbanas causada pela intensa migração interna ao longo da segunda metade do século XX (BARTRA, 2012)

Já o segundo momento é caracterizado por um refluxo das políticas de concessão de títulos de propriedade, quando se favoreceu a concentração de terra em regiões de produção agrícola durante os governos de Ávila Camacho e Miguel Alemán (PELÁEZ RAMOS, 2016). A partir da década de 1950, o PRI começou a mudar sua política agrária, passando a privilegiar o desenvolvimento industrial e urbano em detrimento do setor camponês e da chamada “propriedade social” (GUERRERO, 2016, p.296). O governo promoveu, então, a concentração da terra em grandes unidades produtivas e passou a favorecer o investimento em infraestrutura e tecnologia, ao invés de políticas de redistribuição fundiária. O *ejido* se converteu num cenário improdutivo e pauperizado, já que não foi suficientemente aportado por créditos e recursos técnicos, sendo taxado pelos representantes latifundiários de “antieconômicos” (*idem, ibidem*). O ataque à propriedade social e o fortalecimento da propriedade privada, inclusive através de práticas ilegais, como aluguéis de *ejidos*, favorecimento de créditos e capitalização de terras, favoreceram a concentração da produção agrícola, fragilizando a capacidade produtiva de comunidades camponesas e pequenos produtores.

Do ponto de vista da luta social, os camponeses sofreram, ainda, os efeitos da “domesticação” do movimento, promovida durante o governo Cárdenas e através de políticas de controle das entidades representantes dos trabalhadores do campo (GUERRERO, 2016). Foi no final dos anos 1940, com a criação da *Unión General de Obreros y Campesinos de México* (UGOCCM), que o movimento de trabalhadores rurais vivenciou um processo de reorganização. Dentre as pautas defendidas pelo organismo estava a retomada das políticas de redistribuição de terra, os direitos dos trabalhadores operários e o combate à corporativização dos movimentos sociais promovida pela *Central de Trabajadores Mexicanos* e por outras entidades controladas pelo governo, como a *Confederación Nacional*

*Campesina* (CNC)<sup>19</sup>. A criação desse organismo, juntamente com a atuação de líderes de oposição, conferiu novos espaços para as mobilizações pela reforma agrária (GOMEZJARA, 1970).

Entre as décadas de 1950 e 1960, portanto, o movimento camponês mexicano encontrou novo fôlego e recobrou novas atenções. Frente às mudanças e impactos causados pela “modernização” capitalista e dos limites da política econômica colocada em prática a partir dos anos 1940<sup>20</sup>, a UGOCM empreendeu uma série de ações radicalizadas para mobilizar camponeses e indígenas (BARTRA, 2012). Retomando a tradição zapatista das invasões de terra, o movimento conseguiu, durante os primeiros anos da década de 1960, expropriar cerca de meio milhão de hectares em Cananea, no estado de Sonora (GUERRERO, 2016, p.298). As ações também se realizaram nos estados de Chihuahua, Morelos, Baja California e Nayarit e eram sempre acompanhadas de intensa repressão policial, além da prisão de líderes regionais importantes, como Jacinto López, então representante máximo da UGCOM.

O processo histórico que antecede e influencia o surgimento do Movimento Armado Socialista é, portanto, composto por uma série de movimentos urbanos e rurais, principalmente os que se incrementam a partir da década de 1960, e que denunciam as contradições de um sistema político autoritário e cerceador. Mais do que isso, é possível observar, como veremos adiante, que o advento da Guerra Fria influenciou a intensificação da perseguição aos movimentos sociais, a partir do emprego de técnicas,

---

<sup>19</sup> A CNC foi criada pelo governo de Cárdenas em 1938 como parte de sua estratégia para corporativizar e limitar a atuação dos movimentos sociais. Braço aglutinador do movimento camponês dentro do Partido da Revolução Mexicana, nome anteriormente usado pelo PRI, a Confederação assumiu postura de relativa inércia e neutralidade em relação às demandas dos camponeses durante o governo de Miguel Alemán.

<sup>20</sup> Os governos *priistas* pós-Cárdenas empreenderam um pacote de medidas econômicas e sociais que conformou um período conhecido como “milagre econômico”. Durante o mandato de Miguel Alemán, por exemplo, o desenvolvimento econômico aconteceu sob a inversão de capital estrangeiro o que resultou, além da industrialização, na urbanização e na substituição da exportação de gêneros agrícolas por gêneros industrializados, bem como incentivos à extração e produção de petróleo. O aumento do desenvolvimento técnico e da capacidade produtiva do país modificou as estruturas da economia e, conseqüentemente, da política. Uma das chaves para entender todo esse processo, portanto, é considerar o surgimento de novas classes investidoras no país, principalmente estrangeiras, e o silenciamento dos movimentos trabalhistas, tanto no campo como nas cidades. Para camponeses e trabalhadores operários, o “milagre econômico” se realizou através do aumento das desigualdades, a exploração do trabalho e o paulino abandono de políticas públicas de distribuição de terra, renda, de proteção de direitos trabalhistas, acesso à educação, previdência social e moradia. Assim, o “milagre mexicano” aconteceu apenas para os grupos diretamente envolvidos nesse novo modelo administrativo e para uma nova classe dirigente interessada em financiar projetos vinculados a esse tipo de desenvolvimento excludente (AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000)

estratégias e grupos especializados na repressão política. Esse escalonamento da violência transborda em fins da década de 1960, e principalmente nos anos 1970, conformando um contexto de contra insurgência, no qual as estratégias de repressão – ameaça, vigilância, tortura, perseguição, detenção arbitrária e clandestina, morte e desaparecimento forçado – foram operacionalizadas a partir da incorporação da Doutrina de Segurança Nacional e do uso de forças de segurança e de grupos paramilitares para o desmantelamento das forças de oposição armada e de suas redes de apoio.

Paradoxalmente, esse contexto também é marcado pela construção de um discurso e de uma imagem que defenderam o ideal do nacionalismo revolucionário e corroboraram a existência de um consenso social supostamente capaz de construir e consolidar uma democracia plural e inclusiva (GÓMEZ UNAMUNO, 2020). Enquanto países da América Latina sofriam golpes militares e a institucionalização de ditaduras sob o financiamento dos Estados Unidos no âmbito da Guerra Fria, o México conservou, através de sua política externa, a fachada de um país com estabilidade política e autonomia econômica. Internamente, porém, a política econômica *priista* se alinhava com o modelo liberal estadunidense, permitindo concentração de renda e níveis alarmantes de desigualdade social. Além disso, os mecanismos de controle social estiveram, desde o final do governo Lázaro Cárdenas, cada vez mais alinhados com a Doutrina de Segurança Nacional e sua execução previu a mobilização de forças de segurança, de forma cada vez mais sistemática, para conter o avanço da oposição e a formação de frentes que pudessem contestar a hegemonia *priista*. É nessa conjuntura que surge o Movimento Armado Socialista, objeto da análise a seguir.

## **2 O Movimento Armado Socialista e sua atuação nas zonas rurais e urbanas**

Para muitos historiadores<sup>21</sup>, portanto, o surgimento do Movimento Armado Socialista na década de 1960 esteve profundamente influenciado pelo contexto de repressão política e pelo fechamento das vias institucionais de diálogo com o Governo e suas instituições. Além disso, a existência e a percepção – por parte dos setores mais mobilizados da sociedade mexicana – de uma violência de Estado que foi se aprofundando e especializando, principalmente na década de 1960, além da utilização de grupos paramilitares para a repressão política, estimulou a radicalização dos movimentos sociais. Assim, historiadores como Hugo Esteve Díaz (2016, p. 478), consideram os episódios de 1968 e 1971 como fortes detonadores da opção pela via armada, sobretudo dos movimentos surgidos nas zonas urbanas e articulados por setores estudantis.

No entanto, para além da contestação de um sistema político autoritário, os diferentes grupos armados possuíam outros objetivos, determinados também por fatores sociais, históricos e geográficos que afetavam de forma específica a vida dos grupos sociais nas diferentes regiões do país. Por isso, mesmo que o objetivo desse trabalho seja oferecer um panorama mais geral das guerrilhas que conformaram o MAS, é preciso considerar que a historiografia que se dedica a investigar esse tema classifica as experiências a partir do contexto geográfico em que surgiram: zonas rurais, como as dos estados de Guerrero, Chihuahua e Morelos; e zonas urbanas, como as do Estado do México, Puebla, Guadalajara, Nuevo León. (GÓMEZ UNAMUNO, 2020, p.28).

Também é necessário destacar que parte das investigações sobre o tema, e que foram analisadas nesse artigo, concorda que o marco inicial para o surgimento do Movimento Armado Socialista foi a breve experiência de luta armada do *Grupo Popular Guerrillero* (GPG), no estado de

---

<sup>21</sup> Ver CEDILLO, 2008; GÓMEZ UNAMUNO, 2020.



Chihuahua<sup>22</sup>. Liderado por Arturo Gámiz, o GPG foi o primeiro foco insurrecional armado da década de 1960, e suas ações foram inspiradas na doutrina de guerra de guerrilhas, preconizada por Che Guevara (CASTELLANOS, 2011, p.349). Seus membros eram professores rurais, estudantes e camponeses que atuavam desde 1964 e que recuperavam a memória de Rubén Jaramillo, importante líder agrário das décadas anteriores<sup>23</sup>. O grupo se tornou conhecido quando, em 23 de setembro de 1965, 13 de seus membros tentaram assaltar o *Cuartel Madera*. A tentativa, porém, foi derrotada por um confronto com as forças do exército que resultou, segundo os informes oficiais – questionados por testemunhas e camponeses locais – em dez soldados feridos e seis mortos (CASTELLANOS, 2011, p.80). Entre os guerrilheiros, oito foram mortos e cinco sobreviveram.

As imagens do episódio e dos cadáveres dos guerrilheiros foram amplamente divulgadas na imprensa mexicana e foram utilizadas em reportagens que alinhavam os membros do GPG ao comunismo internacional, acusando-os de práticas terroristas. O governo do estado de Chihuahua, à época liderado por Práxedes Giner Durán (PRI), também protagonizou uma campanha de difamação e vexação pública não apenas dos membros do grupo, mas de seus familiares e de sua comunidade. Após o ataque ao *Cuartel Madera*, o então Secretário de Defesa Nacional, Marcelino García Barragán, enviou uma menção honorífica aos militares e ao comandante, mortos no episódio. Por outro lado, os corpos dos militantes mortos foram vexados publicamente, num “desfile” em caminhão a céu aberto, diante da população de *Ciudad Madera* e dos povoados vizinhos. As famílias dos sublevados foram impedidas de realizar o sepultamento dos mortos em Chihuahua e os corpos foram levados pelas

---

<sup>22</sup> Por exemplo, os trabalhos de Aurelia Gómez Unamuno, Rodolfo Muñoz Gamiño, Héctor Pedraza Reyes, Florencia Ruiz Mendoza, Laura Castellanos.

<sup>23</sup> Rubén Jaramillo foi o fundador do *Partido Agrario Obrero Mexicano* (PAOM) em 1945, pelo qual se lançou candidato ao governo do estado de Morelos – região então predominantemente agrária do país. Devido à perseguição sofrida, a estrutura do partido tornou-se clandestina entre 1946 e 1951 e, segundo investigações da FEMOSPP (2008), sofreu os primeiros casos de desaparecimento forçado do período pós-revolucionário. Ao lado da *Unión General de Obreros y Campesinos de México* (UGOCM), Jaramillo e o Partido centraram suas atividades na formação de uma guerrilha para atuar na serra *morelense*, a fim de lutar contra o despejo de terras que sofriam as comunidades de camponeses e contra o crescente poder político, econômico e militar dos latifundiários locais. Apesar de conseguir voltar à vida política legal anos depois, Jaramillo foi assassinado em 1962 juntamente com a esposa Epifânia, então grávida, e três de seus filhos, numa operação que ficou conhecida como “Xochicalco”, nome do local onde os cadáveres foram encontrados. (CASTELLANOS, 2011, pp. 238-239)

forças de segurança do estado e enterrados em fossas comuns (CASTELLANOS, 2011, p.81).

Apesar de derrotada, a experiência do GPG lançou sementes importantes em outros contextos, como no estado de Guerrero, região que historicamente foi palco de violentos conflitos relacionados às questões de terra e à ampliação do poder econômico e político de latifundiários<sup>24</sup>. A radicalização dos movimentos camponeses neste estado também está fortemente vinculada à atuação dos professores normalistas Lucio Cabañas e Genaro Vázquez Rojas, importantes lideranças na defesa da terra nos anos anteriores e nas lutas regionais (FISCALÍA ESPECIAL, 2008, p.327).

Desde fins da década de 1950, Vázquez atuava como sindicalista e liderava associações e grupos de trabalhadores rurais contrários ao governo estadual, autoritário e repressivo de Arturo Caballero. Foi um dos fundadores da *Asociación Cívica Guerrerense* (ACG) e da *Central Campesina Independiente* (CCI), cujas ações questionavam, ainda, a representação trabalhista oficial da CTM e da CNC (CERVANTES; FEDERICO, 2008). Desde a clandestinidade, Vázquez fundou a *Asociación Cívica Nacional Revolucionaria*, guerrilha fortemente combatida pela repressão Estatal. Por sua vez, Lucio Cabañas foi integrante da ACG e sua atuação guerrilheira começou em fins da década de 1960 com a fundação do *Partido de los Pobres* e seu braço armado, a *Brigada Campesina de Ajusticiamiento*. Dentre as principais ações do grupo, figura o sequestro do então candidato a governador do estado de Guerrero pelo PRI, Rubén Figueroa, em maio de 1974<sup>25</sup>. A repressão a Lucio e seu grupo, que se escondiam na serra de Atoyac de Álvarez, envolveu um operativo militar e grupos paramilitares que cercavam as zonas próximas à serra, ameaçando e reprimindo também as comunidades camponesas e sequestrando familiares dos guerrilheiros (FISCALÍA ESPECIAL, 2008).

Dentre os grupos armados que surgiram entre 1960 e 1970, no âmbito rural, podemos citar a *Unión del Pueblo* (UP), as *Fuerzas Armadas*

---

<sup>24</sup> Para uma análise mais aprofundada dos grupos guerrilheiros rurais na década de 1960 e 1970, ver: BELLINGERI, 2003.

<sup>25</sup> Para uma narrativa sobre a história de Lucio e de sua atuação guerrilheira ver: MONTEMAYOR, 2009.

*Revolucionarias* (FAR) e, das cisões internas desta, a criação das *Fuerzas Armadas de Liberación* (FAL). A fusão das FAL e da UP deu origem ao *Partido Revolucionario Obrero Campesino Unión del Pueblo-Partido de los Pobres* (PROCUP-PDLP), antecessor do *Ejército Popular Revolucionario* que atua na semiclandestinidade até os dias de hoje. Vale destacar também o surgimento do *Ejército Insurgente Mexicano*, cujo desenvolvimento resultou na formação das *Fuerzas de Liberación Nacional* (FLN) e cujos membros que sobreviveram à perseguição durante a contrainsurgência das décadas de 1970 e início de 1980, integraram o levante do *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* em 1994<sup>26</sup>.

Segundo Adela Cedillo (2008, p.85) as bandeiras de luta dos movimentos armados das zonas rurais quase sempre estiveram exclusivamente focadas em questões agrárias. Assim, seus membros se lançaram à luta contra as estruturas de poder que não foram completamente desmanteladas pela revolução de 1910, como o poder latifundiário e o “caciquismo”<sup>27</sup>. Tais forças representavam um atraso para o desenvolvimento das políticas em matéria de reforma agrária, favorecendo a concentração de terras e a diminuição de incentivos e recursos para os pequenos produtores. Outro fator que pode explicar a radicalização dos camponeses entre as décadas de 1960 e 1970 é o fato de que esses grupos sociais foram fortemente prejudicados e violentados por diferentes instâncias de poder, como as locais (caciques, latifundiários, autoridades municipais), federais e órgãos de segurança pública (*idem, ibidem*). Por fim, Cedillo destaca que as causas desses movimentos podem ser atribuídas a fatores como: acúmulo de velhas e novas formas de exploração; a penetração do capitalismo em comunidades mais resistentes a esse tipo de mudança; dificuldade de assimilar e resolver contradições, tanto pela falta de diálogo e manejo do poder público junto às comunidades, quanto

---

<sup>26</sup> Sobre o assunto ver o capítulo “Cronograma” de CASTELLANOS, 2011 e CEDILLO, 2008.

<sup>27</sup> Na língua espanhola e na historiografia sobre a América Latina, o termo “caciquismo” é frequentemente utilizado para definir relações de “clientelismo” ou “patronagem”. Em outras palavras, se refere a uma relação pessoal que se estabelece entre alguém que ocupa um status social ou econômico superior e uma ou várias pessoas em posição de subordinação, de tal forma que tal acordo, ainda que selado com a anuência de ambas as partes, resulte em benefícios desiguais para elas. (GÓMEZ PELLÓN, 2021, p.281)

pela falta de disposição das classes subalternas; progressivo abandono das políticas de distribuição de terra e de valorização das capacidades produtivas dos *ejidos*. Obviamente, todos esses fatores estavam diretamente relacionados com a existência de um sistema político autoritário, que perseguia lideranças sindicais e camponesas, barrava candidaturas políticas e controlava as eleições municipais e estaduais.

Hugo Esteve Díaz (2016, p. 476) defende que as primeiras guerrilhas rurais, surgidas ainda na década de 1960, como o *Grupo Popular Guerrilheiro* (GPG), a *Asociación Cívica Nacional Revolucionaria* (ACNR) e o *Partido de los Pobres* (PDLP), tiveram como importante referencial político e ideológico o triunfo da Revolução Cubana. Por esse motivo, a ênfase das ações desses grupos concentrava-se no contexto rural, condição reforçada, como dito anteriormente, pela problemática estrutural do campo – latifúndio, exploração do trabalho, concentração de terra e renda – que, mesmo depois da Revolução de 1910, não havia sido totalmente resolvida. As organizações que surgiram nesse contexto operaram de forma relativamente breve, com exceção do PDLP, que teve expressiva atuação até a morte de Lucio Cabañas, em 1974. Essas guerrilhas operavam de forma independente e desarticulada umas das outras, e, em sua maioria, mantinham um relativo isolamento em relação a outros movimentos, como os que foram surgindo nos contextos urbanos a partir de fins dos anos 1960.

Por sua vez, as experiências guerrilheiras surgidas a partir da década de 1970, principalmente no contexto urbano, são consideradas uma expressão direta das repressões desatadas contra os movimentos de 1968 e 1971 (RUIZ MENDOZA, 2011). Como já abordado anteriormente, a resposta violenta do Estado implicou numa transformação da orientação daqueles que antes compunham o movimento estudantil, tendo como resultado uma reorientação ideológica de seus membros em favor da radicalização das suas ações. Sergio Aguayo (2001) observa que segmentos urbanos, como professores e estudantes, concluíram que as armas seriam a única resposta possível depois da constante repressão contra categorias como os

ferroviários, médicos, trabalhadores rurais, entre outros, que vinham se mobilizando entre as décadas de 1950 e 1960. Adela Cedillo (2008) também defende que o surgimento dos grupos armados acontece a partir da adoção de uma justificativa unânime: os espaços de atuação política dentro da legalidade estavam totalmente fechados. Assim, a violência revolucionária seria “uma necessidade histórica para acabar com uma ordem fundamentalmente injusta e para resolver de maneira definitiva os grandes problemas nacionais para os quais não havia saída através dos caminhos legais” (*Idem*, 2008, p.138-139).

Apesar de se reconhecerem enquanto herdeiros da militância armada de grupos como o GPG e o *Partido de los Pobres*, as guerrilhas surgidas durante a segunda onda possuíam novas orientações ideológicas e objetivavam outras transformações. A vertente guerrilheira urbana era filha dos movimentos de classe média reprimidos e derrotados nos anos anteriores, como estudantes, professores, médicos, e a maioria dos seus integrantes, oriundos dessas categorias, se identificava com alguma das vertentes da ideologia socialista. Cedillo (2008, p.87) observa que os membros das guerrilhas urbanas desconheciam profundamente a realidade dos operários, o que os levou a interpretá-los como classes que eram incapazes de emanciparem-se sem a liderança ou o encaminhamento das ações por um outro grupo. Por essa composição de classe, as organizações guerrilheiras urbanas foram “fundamentalmente elites alternativas ou contraelites desprovidas de uma base de massas” (*Idem*, 2008, p.87). Ainda na visão da historiadora, as motivações desses organismos não eram de ordem econômica, visto que, apesar da realidade de desigualdade social, os próprios integrantes desses movimentos, como estudantes, médicos, professores, tinham sido beneficiados pela mobilidade social promovida pelo chamado “desenvolvimento estabilizador” ou milagre mexicano. Por isso, a radicalização das classes médias era produto, principalmente, da violência estrutural desatada por um sistema político autoritário contra suas demandas de maior participação política.

Hugo Esteves Díaz (2016, p. 479) entende o fenômeno das guerrilhas urbanas a partir de uma mudança na compreensão do conceito de “sujeito revolucionário”, promovida principalmente no contexto pós-1968. Se antes os principais processos revolucionários, como Cuba, Vietnã ou Guatemala, haviam sido encaminhados em cenários rurais e camponeses, após as experiências estudantes que marcam o ano de 1968 (Paris, Praga, México, Brasil, Córdoba), os estudantes passam a reivindicar um papel ativo junto aos operários, como atores e vanguarda do proletariado. Somam-se a isso fatores econômicos, sociais e até históricos que motivaram a eclosão de movimentos armados nas zonas urbanas, tais como: o surgimento de uma insurgência sindical, cujos protagonistas foram fortemente reprimidos nos tempos anteriores; o incremento populacional e sua concentração nas regiões urbanas, o que ampliou as desigualdades e criou novos problemas nas cidades; a continuidade do autoritarismo no México e a existência de regimes ditatoriais, principalmente na América Latina; e o aprofundamento dos desequilíbrios econômicos e sociais que ampliaram as desigualdades no país e na região.

Em grande medida, as estratégias desses grupos iam desde a implementação de um núcleo guerrilheiro, a construção de um partido proletário, até a formação de um exército revolucionário insurrecional (FISCALÍA ESPECIAL, 2008, p.443). Ao contrário dos grupos armados rurais, que atrelavam suas ações ao cumprimento de demandas voltadas principalmente para as questões agrárias, os grupos urbanos de luta armada pretendiam uma ruptura total com o Estado e a instauração de um modelo socialista pela via revolucionária (ESTEVE DÍAZ, 2016, p. 480). Vale pontuar que, além dos estudantes e professores, eram protagonistas desse momento parte do operariado urbano, cristãos socialistas inspirados pela Teologia da Libertação e militantes das mais variadas vertentes que romperam com seus partidos ou que foram expulsos da militância por sua radicalização ideológica.

O primeiro grupo guerrilheiro urbano a realizar ações foi o *Movimiento de Acción Revolucionaria* (MAR), cuja criação aconteceu em

1969, em Moscou, por iniciativa de um grupo de estudantes “bolsistas” treinados para o combate guerrilheiro militar na Coreia do Norte e que foram membros da *Liga Leninista Espartaco*, das Juventudes Comunistas (JC) e do movimento estudantil da *Universidad Nicolaíta de Michoacán*<sup>28</sup>. Já na década de 1970 surgem outros grupos urbanos como os *Procesos*, *Enfermos*, *Movimiento 23 de Septiembre*, *Lacandones*, *Guajiros*, *Macías*, *Movimiento Estudiantil Profesional* (MEP) e *Frente Estudiantil Revolucionario* (FER). Ao longo do tempo, tais grupos foram se redesenhando até originar a *Liga Comunista 23 de Septiembre* (LC23S), organismo urbano de maior alcance nacional, que empreendeu um esforço para a unificação dos grupos atuantes entre 1973 e 1982 (PEDRAZA REYES, 2008, p.96).

As ações empreendidas por tais guerrilhas podiam incluir assaltos, sequestros, saques, tomadas de cabines policiais e ataques a zonas militares. Dentre os grupos citados, o único a disseminar a sua ideologia política de forma contínua foi a *Liga Comunista 23 de Septiembre*, que o fez através da publicação do jornal *Madera*. Suas edições eram distribuídas clandestinamente principalmente entre operários e estudantes e eram fruto de um esforço para tentar ampliar a politização dos setores populares da sociedade<sup>29</sup>. A LC23S, surgida em 1973, em Guadalajara, é considerada a maior guerrilha do período e a que causou maior impacto na opinião pública e pode ser interpretada como um grupo “piramidal, clandestino, celular e compartimentado” (FISCALÍA ESPECIAL, 2008, p.476). Suas ações eram decididas pela *Coordinadora Nacional* e estavam orientadas pelo pensamento marxista-leninista, e seus dirigentes advinham de diversas localidades como Guadalajara, Cidade do México, Sinaloa, Chihuahua, Monterrey e Baixa Califórnia (CASTELLANOS, 2011, p.350). Seus membros se consideravam “profissionais da revolução, que interpretam a realidade política, econômica e social do país a partir das contradições de classe, sustentadas na última instância em um modo de produção específico e

---

<sup>28</sup> Os jovens que receberam treinamento na Coreia do Norte foram: Fabrício Gómez Souza, Camilo Estrada, Alejandro Lopez Murillo, Martha Maldonado e Salvador Castañeda. (CASTELLANOS, 2011, p. 350)

<sup>29</sup> Os exemplares do jornal *Madera* podem ser consultados em: <http://www.periodicomadera.mx/im/>

histórico e passível de transformar-se com a atividade do ser social” (FISCALÍA ESPECIAL, 2008 p.479).

A LC23S foi uma organização guerrilheira derivada do embrião *Organización Partidaria* cujas ações se orientavam pela tese da “universidade fábrica” (CEDILLO, 2008, p.139-140). Essa tese foi elaborada a partir da ideia de que os estudantes deveriam ser uma “vanguarda” e o “organizador coletivo” de grupos sociais como o operariado das grandes cidades. Assim, pretendia-se substituir os trabalhadores pelo “destacamento estudantil do proletariado”, aos quais caberiam as funções de vanguarda. Para Cedillo, esse é um dos aspectos mais sensíveis das organizações guerrilheiras urbanas, principalmente da LC23S, já que revela uma interpretação equivocada sobre a situação das classes sociais e seu papel na luta contra o Estado autoritário mexicano.

Desafortunadamente, los estudiantes no supieron leer uno de los mensajes de fondo de la experiencia del M-68: el de que la clase media había demostrado que por sí sola no podría acabar con el régimen. Y si el movimiento de masas más importante de aquellas décadas no había logrado establecer un pacto multclasista que rebasara y reemplazara al del partido de Estado, las guerrillas tenían muchas menos probabilidades de conseguirlo (CEDILLO, 2008, p. 139-140).

As diferentes motivações, influências, reivindicações e estratégias levadas a cabo pelas guerrilhas revelaram uma formação dinâmica e heterogênea do Movimento Armado Socialista. Nesse sentido, é possível observar que esse fenômeno guarda algumas especificidades em relação à luta marcada na América Latina. Sobre isso, vale pontuar que o MAS foi o único movimento armado que não contou com o respaldo de Cuba nem de outro país socialista no mundo. Cedillo (2008, p. 89) explica que isso aconteceu pelo fato de que México era um hábil articulador em termos de política externa, o que inibiu outros países a tomarem partido da situação mexicana em plena Guerra Fria. Além disso, o MAS não foi unitário, mas sim marcado pela aparição de mais de 40 organizações armadas, com programas, princípios, estratégias e táticas próprias, e com diferentes graus de desenvolvimento e articulação entre si (idem, 2008, p.89).



Mesmo com a repressão sofrida por seus membros e a desarticulação de suas redes de apoio, as guerrilhas se fragmentaram e os sobreviventes foram integrando novos grupos que atuaram, inclusive, depois da década de 1980. Os rearranjos do Movimento Armado Socialista resultaram em grupos armados atuais, e conformaram um fenômeno denominado por Carlos Montemayor (2009) de “guerrilha recorrente”. Por isso, Cedillo (2008, p.90) defende que uma das características do MAS foi sua capacidade em permanecer ativo por décadas, mesmo com as estratégias de contrainsurgência empregadas para erradicá-lo, como veremos a seguir.

### **3 Contrainsurgência e perseguição aos movimentos armados**

Uma grande parte dos trabalhos acadêmicos e das produções jornalísticas sobre o MAS e sobre a violência de Estado entre as décadas de 1960 e 1980 utilizaram o termo “guerra suja”<sup>30</sup> para se referirem a esse contexto. Não obstante, investigações mais recentes têm questionado o termo “guerra suja” e proposto sua substituição pelo conceito de “contrainsurgência”, uma categoria mais adequada para definir as práticas repressivas e o ciclo de violência que caracteriza o período. Adela Cedillo (2008, p. 76), por exemplo, propõe uma crítica a esse conceito, porque entende que em todos os conflitos armados existentes nos países periféricos durante o contexto da Guerra Fria, prevaleceu uma violência de Estado que resultou em massivos crimes de guerra e de lesa humanidade contra os dissidentes políticos. Não existem guerras “limpas” ou “sujas”, assim como o próprio emprego do termo “guerra” pode sugerir uma igualdade – militar, numérica, organizativa – inexistente entre as partes envolvidas nesse conflito e obscurecer a realidade sobre os movimentos

---

<sup>30</sup> No México, o termo “guerra suja” se popularizou entre pesquisadores para definir a época na qual houve o emprego sistemático da violência de Estado contra militantes sociais, fossem eles provenientes de movimentos armados ou não. De acordo com a pesquisadora Adela Cedillo (2008) a expressão foi sugerida por jornalistas mexicanos que, a partir da década de 1980, se apropriaram da terminologia utilizada no Cone Sul para denunciar situações irregulares de intervenção do exército contra as organizações guerrilheiras e civis.

armados: sua conformação deriva da resistência à uma violência estrutural que se aprofunda num determinado contexto histórico.

Em recente trabalho, Camilo Ovalle (2019) destacou que o termo “guerra suja” não é capaz de esclarecer empírica e conceitualmente o aprofundamento da violência política que afetou não apenas as organizações guerrilheiras, mas um conjunto mais amplo da dissidência política e da sociedade civil no México, entre 1960 e 1980. Quando se usa tal categoria para definir a violência de Estado, considera-se apenas as técnicas ilegais utilizadas na repressão, negligenciando o entendimento do processo de adaptação, aprendizagem e radicalização experimentado pelas políticas e estratégias policiais e militares que foram aplicadas na contrainsurgência. Também ficam excluídos os instrumentos legais de repressão, a tipificação de novos delitos, como o “terrorismo”, e as interpretações distorcidas das legislações, como do já citado *delito de disolución social*.

Assim, a derrota militar do MAS e a aniquilação dos seus integrantes foram alcançadas a partir de estratégias de contrainsurgência, que reuniram ações de inteligência e enfrentamento direto e indireto, como a infiltração de agentes das forças de segurança, perseguição, tortura, ameaça a comunidades, sequestros, desaparecimento forçado e assassinatos. Os métodos contrainsurgentes empregados pelo Exército e por policiais locais e estaduais buscavam não somente localizar e combater os militantes, mas também perseguir e ameaçar a população civil que pudesse apoiá-los. Para eliminar as lideranças de tais grupos, foram utilizados, ainda, grupos paramilitares que promoviam sequestros de familiares para obter, sob tortura, informações que indicassem a localização da pessoa procurada (ORTIZ ROSAS, 2014). Os presos e sequestrados ainda eram alvos de “vexações, torturas, chantagens, ameaças, violações e roubos” (FISCALÍA ESPECIAL, 2008, p.508).

O ciclo de violência política entre os anos 1960 e 1980 se caracterizou pela ampliação e sistematização de práticas repressivas e de perseguição,

com o objetivo de conter o avanço do chamado “inimigo interno”<sup>31</sup>. Essa noção estava materializada em grupos de esquerda, comunistas, socialistas ou simplesmente opositores do regime *priista*. Assim, o Estado mexicano, que no contexto da Guerra Fria passou a tratar qualquer ação política como “ato terrorista” ou produto de infiltração e conspiração estrangeira (MELGAR BAO, 2006, p.10), forjou um aparato repressivo a partir da incorporação da Doutrina de Segurança Nacional. Em grande medida, a situação mexicana era bastante *sui generis* se comparada às outras experiências da América Latina, visto que, no México, a contrainsurgência foi uma estratégia colocada em prática por um Estado repressivo, mas que não assumiu o formato de uma ditadura militar como em outros países da região.

O aparato de segurança estatal mexicano (formal e informal) ficou sob a responsabilidade e coordenação da *Dirección Federal de Seguridad* (DFS)<sup>32</sup>, instituição criada em 1947, no marco da Guerra Fria, com o objetivo de criar estratégias e políticas para vigiar, analisar e informar sobre os acontecimentos relacionados com a segurança da nação. A DFS deveria, portanto, impedir o surgimento de grupos insurgentes e garantir a estabilidade política dos governos *priistas*. Depois da Revolução Cubana, o organismo centrou seus esforços em ações de vigilância e repressão que buscaram eliminar qualquer influência revolucionária nos movimentos e partidos de esquerda. Segundo Sergio Aguayo (2001), os serviços de inteligência do Estado mexicano eram desempenhados pelos membros da DFS em conjunto com outros organismos como a *Dirección General de Investigaciones Políticas y Sociales de la Secretaría de Gobernación* (DGIPS), criada em 1942 com o nome de *Departamento de Investigación Política y Social* (DIPS).

Os agentes da DFS fizeram uso dos mais variados mecanismos para controlar e perseguir os movimentos sociais e estiveram diretamente

---

<sup>31</sup> Sobre o assunto, ver: SIERRA GUZMAN, 2003.

<sup>32</sup> O organismo foi extinto em 1985 no governo Miguel de la Madrid e, desde 1989, o órgão responsável pela segurança nacional no México é o *Centro de Investigación y Seguridad Nacional* (CISEN). Ver: <http://www.cisen.gob.mx>.

implicados nas graves violações aos direitos humanos que se constatam entre as décadas de 1960 e 1980. Para perseguir e aniquilar a oposição armada, a DFS e o exército criaram grupos paramilitares, tais como os *Halcones*, o *Grupo Sangre* e a *Brigada Blanca*<sup>33</sup>. A utilização desses grupos era a certeza de que, em caso de investigações ou denúncias, os membros do exército, do governo e do partido seriam protegidos de qualquer responsabilização pelas violações cometidas.

Nesse contexto houve, ainda, ampla cooperação externa, sobretudo dos Estados Unidos, para o aprimoramento das estratégias de perseguição ao movimento armado. O Informe Histórico da *Fiscalía Especial* (2008, p. 703) aponta que a *Secretaria de la Defensa Nacional* (SEDENA) enviou mais de mil efetivos militares para fazer cursos na Escola das Américas, centro de treinamento conhecido por aplicar técnicas avançadas de tortura, terror psicológico e ameaça social para a obtenção de informações, entre 1953 e 1996.

Soma-se a isso a utilização de instalações oficiais e militares como centros de detenção e execução clandestinos, bem como espaços para a realização de interrogatórios e o exercício da tortura não só de militantes dos grupos armados, mas de seus familiares, amigos ou qualquer pessoa que representasse alguma conexão com os grupos armados (PIÑEYRO, 2005). Locais como o Campo Militar N.1, na Cidade do México, bem como a base aérea de *Pie de la Cuesta*, em Acapulco, delegacias de polícia e oficinas da DFS, aparecem com frequência nos relatos de sobreviventes. Por esses locais passaram muitos presos posteriormente desaparecidos pelas forças de segurança, com destaque para a base aérea de *Pie de la Cuesta*, da qual saíram os “voos da morte” que tiveram como objetivo

---

<sup>33</sup> A *Brigada Blanca* ou *Brigada Especial* foi criada em junho de 1976, quando a LC23S estava iniciando seu período de reestruturação e colocando em prática ações bem-sucedidas de assaltos, toma de armas e dinheiro e sequestros. Com o objetivo de colocar em prática as estratégias de contrainsurgência – tortura, prisões ilegais, desaparecimento – a *Brigada Blanca* era composta pelos indivíduos mais destacados da *Dirección Federal de Seguridad*, do exército, da Procuradoria Geral da República, entre outras instituições oficiais como a *Dirección General de Policía y Tránsito* (DGPYT). (ORTIZ ROSAS, 2014).

desaparecer corpos de militantes assassinados atirando-os desde os aviões no Oceano Pacífico.<sup>34</sup>

Os operativos coordenados pelas forças oficiais e paramilitares chefiadas pela DFS promoviam a infiltração de agentes em escolas e organizações estudantis, além da cooptação, por meio de ameaça ou suborno, das organizações independentes com o propósito de utilizá-las como estruturas de mediação e de controle. Foram corrompidos órgãos de justiça, além de negar-se o acesso à justiça a inúmeras pessoas, principalmente aos camponeses, trabalhadores e estudantes das áreas socialmente mais vulneráveis do país (FISCALÍA ESPECIAL, 2008, p.84). Utilizou-se o exército como recurso para o controle social e para obtenção de informações como provas, depoimentos e confissões forçadas, cujo conteúdo poderia ser manipulado ou ocultado. Vale ressaltar, por fim, que as ações foram encaminhadas, desde sempre, com a anuência dos presidentes da República e com a cumplicidade de seus assessores diretos, como secretários de governo, ministros e governadores estaduais.

Como resultado das estratégias empreendidas, registraram-se cerca de 2141 casos de presos torturados em todo o país, entre 1960 e 1990, com exceção dos casos em que houve relatos de tortura nos episódios de conflitos envolvendo estudantes, como os casos de 1968 e 1971 (idem, 2008, p.569). No mesmo período, foram presas mais de 1.500 pessoas só no estado de Guerrero, foco da atividade contrainsurgente daquele momento (FISCALÍA ESPECIAL, 2008, p.624-625). O maior índice de prisões se deu justamente entre 1971 e 1976 quando se intensificou o combate e a perseguição do exército e dos grupos paramilitares contra as guerrilhas. No Informe Histórico da Femospa existem ainda casos de crianças que foram torturadas em frente de seus familiares, de mulheres presas e torturadas que deram à luz em cativeiro, e estupros de mulheres e menores de idade. O Informe documenta que 204 menores de idade foram vítimas de

---

<sup>34</sup> O Informe da *Fiscalía Especial* (2008, p. 440) denuncia um total de 30 voos da morte, dos quais 19 foram realizados durante o mandato de Luis Echeverría, e 11 durante o governo de José López Portillo. Sobre o assunto ver ainda CASTELLANOS, 2011, p.160-161.

detenções arbitrárias, torturas, execuções e desaparecimento forçado (*idem*, 2008, 603-605).

Existem registros de quase 800 casos de desaparecimento forçado, dos quais 436 foram classificados pela Femospo como “plenamente acreditados” (*Idem*, p.513)<sup>35</sup> Destes, 255 aconteceram no estado de Guerrero. Todos eles fazem parte do período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980 e a maioria se registra durante a década de 1970. Camilo Ovalle (2019), no entanto, chama a atenção para o fato de que, nem o Informe da Femospo, nem as investigações realizadas previamente pela Comissão Nacional de Direitos Humanos incluem a categoria de “presos-desaparecidos” que sobreviveram<sup>36</sup>. Ou seja, aquelas vítimas que estiveram presas e desaparecidas por algum tempo, mas que conseguiram sobreviver à tentativa de execução e desaparecimento. A *Comisión de la Verdad del Estado de Guerrero* (COMVERDAD)<sup>37</sup>, criada em 2012, documentou 205 casos de pessoas que sobreviveram à “prisão-desaparecimento” e para os quais ela criou a categoria de “*desaparición-transitoria*” (OVALLE, 2019).

#### 4 Conclusões

Através de um profundo controle da imprensa (GAMIÑO MUÑOZ, 2011), os governos *priistas* negaram a existência de movimentos organizados e armados que contestaram, a níveis regional e nacional, sua hegemonia. Durante o período que antecedeu à transição de 2001,

---

<sup>35</sup> Casos “plenamente acreditados” são aqueles em que os familiares e organizações apresentaram denúncia formal e sobre os quais se encontraram documentos em arquivos das policiais políticas que comprovam a detenção do desaparecido. Além disso, são casos em que existem testemunhos que corroboram os dados da denúncia e da documentação encontrada, certificando que o desaparecido foi visto em prisões clandestinas, por exemplo. A partir desses elementos, a *Fiscalía Especial* considerou “plenamente acreditado” o desaparecimento forçado da pessoa em questão. (FISCALÍA ESPECIAL, 2008, p.517)

<sup>36</sup> A Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) realizou investigações de casos de desaparecimento forçado a partir de denúncias recebidas desde 1990 pelo Programa Especial sobre Presuntos Desaparecidos (PREDES). Essas investigações resultaram na Recomendação 26/2001 que, juntamente com um Informe, foram entregues ao então presidente Vicente Fox (PAN), na mesma sessão solene em que foi anunciada a criação da Fiscalía Especial, em 27 de novembro de 2001. Sobre o assunto, ver: RIBERTI, 2017.

<sup>37</sup> O Informe final da Comverdad foi publicado em 2014 e pode ser acessado em: [https://cedema.org/digital\\_items/6717](https://cedema.org/digital_items/6717)

protagonizada por Vicente Fox (PAN), também foram negadas as sistemáticas e graves violações aos direitos humanos cometidas não apenas contra os membros dos grupos armados, mas contra os estudantes, ferroviários, camponeses e professores no contexto da Guerra Fria. Esse silêncio sobre o passado contribuiu para que, por muito tempo, a experiência do MAS permanecesse desconhecida para boa parte da sociedade civil, além de favorecer a perpetuação da impunidade.

Além disso, os movimentos estudantis de 1968 e 1971, seja pela amplitude de suas mobilizações ou pela intensidade da repressão desatada contra eles, também gozaram de um lugar privilegiado, seja nas discussões acadêmicas ou na opinião pública. Tais experiências foram legitimadas pela sociedade civil, em parte pelo silêncio sobre a existência das guerrilhas, em parte porque setores mais moderados e conservadores tendem a exaltar os manifestantes dessa luta pacífica como legítimos representantes da democratização do Estado.

É recente, portanto, a ampliação de um debate dentro e fora das universidades que busca destacar o papel da militância armada em zonas rurais ou urbanas, como expressão fundamental de uma sociedade que se organizou contra um sistema político repressor e autoritário. Mais ainda, esse é um esforço que busca preencher um vazio histórico sobre um período marcado por lutas conduzidas por grupos que acreditavam ser possível um outro modelo de sociedade que não aquele alinhado ao capitalismo mundial.

A criação da *Fiscalía Especial para Movimientos Armados y Políticos del Pasado*, em 2001, pelo então presidente Vicente Fox, também promoveu uma relativa ampliação dos debates sobre o assunto. Apesar de não ter conseguido responsabilizar nenhum dos implicados em graves violações aos direitos humanos durante o período da contrainsurgência, como o ex-presidente Luis Echeverría e membros da DFS, de grupos paramilitares e do exército, a *Fiscalía Especial* logrou publicar um informe – diversas vezes utilizado neste artigo – que, à despeito das críticas, reúne informações e dados importantes sobre o período. Além disso, as

investigações da Femospa foram incluídas no processo encaminhado por Tita Radilla Ramírez, Presidenta da *Asociación de Familiares de Detenidos Desaparecidos y Víctimas de Violaciones de Derechos Humanos en México* (AFADEM), à Corte Interamericana de Direitos Humanos, para a investigação do desaparecimento forçado de Rosendo Radilla Pacheco, ocorrido em 25 de agosto de 1974, por efetivos do exército. Com base na reconstrução histórica e na documentação analisada pelo Informe, a CIDH proferiu sentença responsabilizando o Estado mexicano pelo desaparecimento do militante, reconhecendo, ainda, a prática sistemática de violações no contexto em questão (RIBERTI, 2017, p.266)

Nas últimas décadas, principalmente em função da atuação pública de organismos civis de direitos humanos, também foram ampliadas as discussões sobre a prática recorrente do desaparecimento forçado no México. Desde a década de 1960 até os tempos mais recentes, o desaparecimento de militantes continua sendo estratégia fundamental de repressão aos movimentos sociais, à exemplo do que aconteceu com os 43 estudantes de Ayotzinapa, desaparecidos em 2014 quando se dirigiam desde Guerrero à Cidade do México para participar da Marcha em alusão ao 2 de outubro.

Apesar da ampliação dos debates e da maior projeção que a experiência armada ganhou entre os círculos acadêmicos e na sociedade civil, as violações aos direitos humanos cometidas naquele período seguem impunes. Mais do isso, muitos dos agentes implicados nesses crimes seguem atuando no sistema político ou na segurança pública, gozando de prestígio e legitimidade. Em muitos casos, os antigos torturadores, executores e violadores da contrainsurgência encontram-se aposentados e vivendo uma vida confortável. Identifica-se, ainda, uma continuidade nas práticas repressivas, como o desaparecimento forçado, ostensivamente praticado em contextos em que há profunda violência de gênero ou em regiões controladas pelos grupos narcotraficantes.

Sem dúvida alguma, quando se trata de pensar e analisar o Movimento Armado Socialista, a responsabilização de violações aos direitos



humanos e pelo cometimento de uma série de práticas violentas e persecutórias é, portanto, a mais urgente das tarefas incumpridas da transição mexicana.

## 5 Referências

AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. **À sombra da Revolução Mexicana. História Mexicana Contemporânea, 1910-1989**. São Paulo: Edusp, 2000.

AGUAYO, Sergio. **“La charola”: una historia de los servicios de inteligencia en México**, México: Grijalbo, 2001.

ÁLVAREZ GARÍN, Raúl. **La estela de Tlatelolco: una reconstrucción histórica del movimiento estudiantil de 68**. México: Itaca, 1998.

BARRIOS CASTRO, Roberto. **México, en su lucha por la tierra. De la independencia a la revolución. (1521-1987)**. México: Editores SIA, 1987.

BARTRA, Armando. **Los nuevos herederos de Zapata. Campesinos en movimiento 1920-2012**. México: PRD, 2012.

BELLINGERI, Marco. **Del agrarismo armado a la guerra de los pobres: ensayos de guerrilla rural en el México contemporáneo, 1940-1974**. México: Ediciones Casa Juan Pablos, 2003.

CASTELLANOS, Laura. **México armado, 1943-1981**. México: Era, 2011.

CARPIZO, Jorge. **El presidencialismo mexicano**. México: Siglo XXI, 1985.

CEDILLO, Adela. **El fuego y el silencio**. Historia de las FLP. Série “México: Genocídio y delitos de lesa humanidad”. México: Comité 68, 2008. Tomo VIII.

CERVANTES, Macías; FEDERICO, César. **Genaro Vázquez, Lucio Cabañas y las guerrillas en México entre 1960 y 1974**. México: Universidad de Guanajuato: 2008

CÓRDOVA, Arnaldo. **La formación del poder político en México**. México: Era, 1972.

COSÍO VILLEGAS, Daniel. **El sistema político mexicano. Las posibilidades de cambio**. México: Ed. Joaquín Mortíz, 1973.

DEL CASTILLO TRONCOSO, Alberto. **La fotografía y la construcción de un imaginario. Ensayo sobre el movimiento estudiantil de 1968.** México: Instituto Mora/IISUE, 2012.

ESTEVE DÍAZ, Hugo. El festín de las balas: la guerrilla en la década de los setenta. In: BIZBERG, Ilán; ZAPATA, Francisco (Coord). **Movimientos sociales.** v. 6. Série Los Grandes Problemas de México (ORDORICA; Manuel; PRUD'HOMME, Jean-François, Coords.). México, D.F. : El Colegio de México, 2016, p.475-499.

FAVELA, Margarita. "Sistema político y protesta social: del autoritarismo a la pluralidad". In: BIZBERG, Ilán; ZAPATA, Francisco (Coord). **Movimientos sociales.** v. 6. Série Los Grandes Problemas de México (ORDORICA; Manuel; PRUD'HOMME, Jean-François, Coords.). México, D.F.: El Colegio de México, 2010, p. 101 - 146. Disponível em: <https://2010.colmex.mx/16tomos/VI.pdf>. Acesso em 23 jun. 2023.

FISCALÍA ESPECIAL PARA MOVIMIENTOS POLÍTICOS DEL PASADO (FEMOSPP). **Informe Histórico Presentado a La Sociedad Mexicana.** Série. "México: Genocidio y delitos de lesa humanidad". México: Comité 68 Pró Libertades Democráticas, 2008.

FOURNIER, MARTÍNEZ HERRERA, Jorge Martínez. "México 1968: entre as comemorações olímpicas, a repressão governamental e o genocídio". In. FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ZARANKIN, Andrés; REIS, José Alberione dos. (Orgs.). **Arqueologia da repressão e da resistência na América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980).** São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008. p. 49-81.

GAMIÑO MUÑOZ, Rodolfo. **Guerrilla, represión y prensa en la década de los setenta en México. Invisibilidad y olvido.** México: Instituto Mora, 2011.

GAMIÑO MUÑOZ, Rodolfo. Resistir al olvido. "La memoria ante las políticas de olvido. Los informes de la Femosp p según ex militantes del movimiento armado socialista". In: **La liga Comunista 23 de Septiembre.** Cuatro décadas a debate: historia, memoria, testimonio y literatura. México: UNAM y UAT, 2014. p. 401-432.

GARCÍA RAMÍREZ, Sergio. "Bibliografía". In. ACADEMIA MEXICANA DE CIENCIAS PENALES. **Los delitos de disolución social.** México: Ediciones Botas, 1969. p. 683-685.

GÓMEZ PELLÓN, Eloy. "Clientelismo/caciquismo". SALOMÓN, Alejandra. **Diccionario del agro Iberoamericano.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: José Muzlera, 2021. Disponível em: <https://www.teseopress.com/diccionarioagro/chapter/clientelismo-caciquismo-espana-y-latinoamerica-siglos/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

GÓMEZ UNAMUNO, Aurelia. **Entre fuegos, memoria y violencia de Estado. Los textos literarios y testimoniales del movimiento armado en México.** México: Contracorriente, 2020.

GOMEZJARA, Francisco, **El movimiento campesino en México**, México, Campesina, 1970.

GUERRERO, Francisco Javier. "El movimiento campesino de los años sesenta y setenta". In. MARTÍNEZ NATERAS, Arturo (Coord.), **La izquierda mexicana del siglo XX. Libro 2. Movimientos Sociales.** México: UNAM, 2016, p. 291-303.

GUEVARA NIEBLA, Gilberto. **La democracia en la calle: crónica del movimiento estudiantil.** México: Siglo XXI, 1988.

HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Rogelio. **Historia mínima del Partido Revolucionario Institucional.** México: El Colegio de México, 2016.

LOAEZA, Soledad. "Elecciones y partidos en México en el siglo XX". In.: **Gran Historia de México Ilustrada.** T.5 El Siglo XX Mexicano. México: Planeta/CONACULTA/INAH, 2001.

MARTINEZ NATERAS, Arturo (Coord.), JUÁREZ, Joel Ortega (Comp.). *La izquierda mexicana del siglo XX. Libro 2. Movimientos Sociales.* México: UNAM, 2016, 217-230.

MELGAR BAO, Ricardo. La memoria sumergida. Martirologio y sacralización de la violencia en las guerrillas latinoamericanas. In.: SOLANO, Verónica Oikión; UGARTE, Marta Eugenia García (eds.), **Movimientos armados en México, siglo xx.** México: El Colegio de Michoacán; Ciesas; UNAM; IIS, 3 tomos., 2006. p. 29-68.

MEYER, Lorenzo. "El presidencialismo. Del populismo al neoliberalismo". **Revista Mexicana de Sociología**, v. 55, n.2, abr.-jul. pp. 57-81. 1993.

MONTEMAYOR, Carlos. **La guerrilla recurrente.** México: Debate, 2012.

MONTEMAYOR, Carlos. **La violencia de Estado en México: antes y después de 1968.** México: Debate, 2009.

ORTIZ ROSAS, Rubén. **La Brigada Especial. Un instrumento de la contrainsurgencia urbana en el Valle de México (1976-1981).** Director de Tesis. Hever Ramón Arzápalo Marín. 2014. 205f. Tesis de Licenciatura em História. Colegio de Historia. México: UNAM, 2014. Disponível em: <https://cedema.org/articles/345>. Acesso em: 23 jun. 2023

OVALLE, Camilo Vicente. **[Tiempo suspendido]: Una historia de la desaparición forzada en México, 1940-1980.** Edição do Kindle. México: Bonilla Artigas Editores, 2019.

PEDRAZA REYES, Héctor. Apuntes sobre el movimiento armado socialista en México (1969-1974). **Nóesis**, v. 17, n.34, pp. 92-124, ago.-dec., 2008.

PELÁEZ RAMOS, Gerardo. La primera crisis del corporativismo sindical en el movimiento ferrocarrilero de 1958-1959 y en las luchas de 1956-1960. In. MARTINEZ NATERAS, Arturo (Coord.), JUÁREZ, Joel Ortega (Comp.). **La izquierda mexicana del siglo XX. Libro 2. Movimientos Sociales**. México: UNAM, 2016, p. 217-230.

PIÑEYRO, José Luis. Las fuerzas armadas y la contraguerrilla rural en México: pasado y presente. **Nueva antropología**, v. 20, n. 65., pp.75-92, mai.-ago 2005. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/na/v20n65/v20n65a5.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

REYNA, José Luis; TREJO DELARBRE, Raúl. **La Clase obrera en la historia de México, de Adolfo Ruiz Cortines a Adolfo López Mateos (1952-1964)**. México: Siglo XXI, v.12, 1981.

REYNOSO JAIME, Irving. **Machetes rojos: el Partido Comunista de México y el agrarismo radical (1919-1929)**. México: Universidad Autónoma del Estado de Morelos, Centro de Investigación en Ciencias Sociales y Estudios Regionales, 2018.

RIBERTI, Larissa Jacheta. **Entre gritos e granadeiros: a memória do movimento estudantil e do massacre de 1968 no México**. Orientadora: Maria Paula Nascimento Araújo. 2013. 205f. Dissertação de mestrado em História. PPGHIS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: [https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc\\_number=000812073&local\\_base=UFR01](https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000812073&local_base=UFR01). Acesso em 23 jun. 2023.

RIBERTI, Larissa Jacheta. **Justiça de transição no México: as investigações jurídicas e o Informe Histórico da Fiscalía Especial para Movimientos Sociales y Políticos del Pasado (2001-2006)**. Orientadora: Maria Paula Nascimento Araújo. 2017. 300f. Tese de doutorado em História. PPGHIS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc\\_number=000869025&local\\_base=UFR01](https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000869025&local_base=UFR01). Acesso em: 23 jun. 2023.

RUIZ MENDOZA, Florencia. El Movimiento Estudiantil de 1968 en el proceso de radicalización hacia la lucha armada en México: 1968-1971. **Conflicto Social**, Año 4, n. 5, p. 355 - 373. jun. 2011.

SCHERER GARCÍA, Julio; MONSIVÁIS, Carlos. **Parte de Guerra: Tlatelolco 1968. Documentos del general Marcelino García Barragán**. Los hechos y la historia. México: Aguilar, 1999.

SIERRA GUZMÁN, Jorge Luis. **El enemigo interno. Contrainsurgencia y fuerzas armadas en México**. México, Editorial Plaza y Valdés, 2003.

WOLDENBERG, José. **Historia mínima de la transición democrática en México**. México: El Colegio de México, 2012.